

NOTÍCIA HISTÓRICA SOBRE OS AKWEN-XERENTE¹Agenor Farias²

RESUMO — Este artigo apresenta indicações sobre como se processou o registro histórico dos Jê-Akwen, especialmente os Xerente, na historiografia da região centro-oeste brasileira. Mostra como o processo de ocupação territorial, destacando o contato dos colonizadores com as sociedades nativas, empreendido no território brasileiro desde o século XVI, vem se mostrando sistemático e permanente em seu caráter invasor. Destaca na região do Brasil Central, em especial no território que hoje é formado pelo novo estado de Tocantins, como se deu a estratégia de aproximação e posterior controle, pelos colonizadores, com relação à sociedade Xerente, representante da ramificação Akwen entre os povos Jê centrais. Traz ainda informações atualizadas sobre os Xerente que, reiteradamente, têm se posicionado contrários ao domínio colonial que ainda hoje se manifesta, como na criação do Estado de Tocantins e a localização da sua capital, Palmas, vizinha ao território Xerente tradicional e suas aldeias.

PALAVRAS-CHAVE: Jê Akwen; Xerente; Jê centrais; Xavante; Xacriabá; Acroá; Colonização; História indígena; Brasil Central; Aldeamentos indígenas; Goiás; Tocantins; Palmas.

ABSTRACT — This paper presents views on the registry of the Akwen-speaking Gê people, especially the Akwen-Xerente, in the historiography of Central Brazil. The territorial occupation of Central Brazil during colonization, until the XVI century, especially in the contact of colonizers with native peoples, is shown considering the invasion that it constituted. The author emphasizes how the strategy of approximation and control of native peoples was carried out in central Brazil, especially in the areas that now form the new state of Tocantins, regarding the Xerente, a representative of the Central Gê-Akwen. The presence of the Akwen-Xerente today in the state of Tocantins, Brazil, is noted and commented. This native society remains opposed to acculturating colonial process to this day. The present day colonial process is demonstrated by the creation of the new state and the localization of the capital, Palmas, in the area of traditional Xerente territory and contemporary villages.

KEY WORDS: Gê Akwen; Xerente; Central Gê; Xavante; Xacriabá; Acroá; Colonization; Central Brazil; Native History; Native Settlements; Goiás; Tocantins; Palmas.

¹ Uma versão preliminar deste artigo é parte de minha dissertação de mestrado em Antropologia Social *Fluxos sociais Xerente e dinâmica das relações entre as aldeias*, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, em 1990. Sou grato à Profa. Dra. Aracy Lopes da Silva, assim como aos consultores do *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia* (anônimos) pelos comentários. A responsabilidade pelo escrito, no entanto, é toda minha. CNPq, CAPES e FAPESP possibilitaram as diversas fases deste trabalho entre os Akwen-Xerente.

² Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUCCAMP, Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas, Caixa Postal 317, CEP 13.020-904 Campinas, SP.

INTRODUÇÃO

"Quero manifestar minha estranheza pelo fato de na seção *Via Brasil* não constar sequer uma pequena nota sobre o estado de Tocantins. Será que seus conceituados correspondentes e enviados especiais acreditam haver apenas índios Xerente neste estado?"³

Este artigo trata sobre uma sociedade indígena do Brasil Central, mais particularmente, a sociedade *Akwen-Xerente*. Localizados no Estado de Tocantins, os Xerente, junto com os Xavante do Mato Grosso e os remanescentes Xacriabá de Minas Gerais, compõem a divisão Central dos povos de língua Jê. Estes, ainda, se subdividem como Jê do Norte: Kayapó, Suyá e Timbira do Leste e do Oeste; e os Jê do Sul: Kaingang e Xokleng (Maybury-Lewis 1979).

Destaco neste artigo o que diz respeito ao registro da presença *Akwen-Xerente*, na historiografia da região centro oeste brasileira. Procuro apresentar, também, uma leitura mais atualizada da situação em que se encontram estes Jê, em termos de suas relações com seu território e a constituição das suas aldeias. Trata-se, portanto, de uma notícia.

A história Xerente durante os séculos XVI e XVII confunde-se com a história da mesopotâmia Araguaia-Tocantins, e banda Oriental deste. Durante este período, como veremos, essa região foi apenas parcialmente desvendada pelos colonizadores através de expedições itinerantes, cujo objetivo maior sempre foi a descoberta das minas de ouro, pedras preciosas e caça ao índio. A historiografia desse período, e nessa região (Natal e Silva 1935; Palacim 1972; Souza 1849), comumente trata as diferentes nações indígenas por designativos genéricos bastante imprecisos e preconceituosos, como "gentios", "selvagens" ou "índios bravios".

Gradativamente, na medida em que os contatos entre as bandeiras paulistas e as nações indígenas que habitavam a região em que hoje se encontram os estados de Goiás e Tocantins aumentavam, estas foram sendo reconhecidas em sua especificidade. Essas nações indígenas foram fortalecendo bravamente sua identidade, na medida em que o avanço colonial se consumava.

A denominação que inicialmente se impôs para as nações indígenas da região foi Tapuia (Martius 1867; Castelnau 1850/51; Steinen 1886; Coudreau 1897). Basicamente este termo distinguia os índios que habitavam o litoral, os Tupi, dos índios que habitavam a região interiorana do país, os Tapuia. A dificuldade para o reconhecimento das diferentes etnias que se encontravam pelo interior do Brasil, é uma lacuna perceptível quando nos voltamos para a reconstrução histórica dos povos

³ Publicado na seção "Cartas dos Leitores", de *Folha de São Paulo*, em 10 de fevereiro de 1992. A seção "Via Brasil", referida no texto, é dedicada pelo jornal a publicar pequenas notas sobre todos os estados do Brasil.

que ainda hoje estão representados na região. Se observarmos a literatura dos séculos XVI a XVIII, Soares de Souza (1938/1587); Fernão Cardim (1938/1587) e Vasconcelos (1863/1663), por exemplo, o termo Tapuia se aplica para grupos heterogêneos, que nada apresentavam de comum entre si. Lowie (1946: 566) talvez tenha alcançado o cerne deste problema quando, ao analisar as diferentes aplicações do termo Tapuia reconhece que, na verdade, este é equivalente a "selvagem". Pode-se reconhecer, ainda, que a designação Tapuia tenha servido como uma denominação genérica para aqueles que, habitantes do Brasil Central, não sejam Jê (Maybury-Lewis 1965).

No período que vai do século XVI até fins do século XVIII, as informações sobre o reconhecimento da sociedade Xerente encontram-se relativamente prejudicadas. Na verdade, a notificação destes como uma sociedade específica flutua ao sabor dos avanços registrados na consumação do domínio colonial sobre o território tradicional Jê-Akwen: mesopotâmia Araguaia-Tocantins, e banda oriental deste (Nimuendajú 1981). Paradoxalmente, a história dos povos indígenas vai se tornar conhecida—e conseqüentemente sua afirmação como nação se acentua—na medida em que estes reconhecem e assumem o avanço das forças colonizadoras sobre seu território.

A identidade nacional Jê-Xerente, segundo minha interpretação, passa a ser mais conhecida a partir do momento em que estes, enfrentando o avanço colonizador, reconhecem-no como inevitável, principalmente diante da desigualdade de forças que se enfrentavam. Nesse sentido, entendo que a história Xerente, durante os séculos XVI e XVII, deve ser compreendida de uma maneira especular. Estes Jê—como de resto outras nações indígenas que tiveram seu território invadido e ocupado—foram registrados na historiografia do período como um reflexo do avanço e domínio coloniais que são, em última instância, os objetos centrais da visão e dos registros historiográficos (Palacim 1972; Natal e Silva 1935; Souza 1849). Esta perspectiva "observadora", ocidental e colonialista, de fato, incorreu, como veremos, na construção uma leitura parcializada da história da região em destaque.

A invasão do território tradicional Xerente caracteriza-se por ter sido realizada por uma população de garimpeiros; mineiros em busca de ouro e pedras preciosas. Como é característico do povoamento das regiões mineradoras, essa ocupação territorial deu-se de uma maneira totalmente desorganizada, não uniforme, e absolutamente pontual (Chaim 1983; Palacim 1972; Ravagnani 1977). Por esta razão, o que se observa na invasão do que era o território tradicional Xerente, principalmente a partir do século XVIII, é a formação de núcleos populacionais, os arraiais, dispersos e com praticamente nenhum contato entre si, ilhados por grandes espaços de terras "desocupadas" (Palacim 1972; Dole 1972). O fato de se considerar as terras como "desocupadas" denota o espírito colonialista do processo, além de demonstrar que, neste projeto colonial, não havia lugar para as populações nativas, habitantes do Brasil Central.

Esse fator é condicionante para compreendermos a história Xerente. Por um longo período seus contatos com a população colonizadora foram esporádicos e, conseqüentemente, o registro de sua presença foi bastante difuso. Dadas as características da incipiente ocupação e povoamento, provocados pelo avanço colonial da região do que hoje são os estados de Tocantins e Goiás, formaram-se grandes "vazios populacionais" no território. Sob a ótica do colonizador, tais vazios eram pontilhados pela presença dos arraiais, preocupados exclusivamente com a extração do ouro. Na verdade, representavam parcelas efetivas de território indígena ainda não invadido pelo colonizador que, paulatinamente, ia consumando seu avanço.

Como decorrência deste processo, na medida em que aumentava a comunicação entre os arraiais, a ocupação e o domínio efetivo do território interiorano brasileiro avançava. As terras indígenas foram sendo cada vez mais vasculhadas, e os povos nativos que as ocupavam passaram a perceber, cada vez mais, a lógica do avanço colonizador⁴.

A prática política de aldeamentos na região do Brasil Central iniciou-se a partir do século XVIII (Cunha 1987; Chauim 1983; Ravagnani 1977). Essa política permaneceu no século XIX com a construção dos Presídios Militares. Nos séculos XVI, XVII, XVIII e boa parte do XIX, os *Akwẽ*-Xerente receberam vários termos para sua identificação: Acroás, Acuem, Xavantes. A partir da construção do aldeamento Carretão (1816), e principalmente da construção do aldeamento Graciosa (1824), a denominação Xerente foi cada vez mais se afirmando.

Durante os primeiros anos do século XX os Xerente tiveram sua identidade reconhecida pela negativa. Na bibliografia dos primeiros 50 anos deste século sempre são lembrados como remanescentes, como em um estado de profunda decadência, enfim, como uma sociedade que caminha para a extinção, restando apenas alguns poucos sobreviventes.

É importante destacar que, ainda hoje, os Xerente encontram-se lutando para a manutenção de seu território, já que continua a pressão colonizadora sobre suas terras; sobre o território que é legitimamente seu. A diferença é que, nos dias de hoje, dominam ainda mais as nuances que determinam o avanço colonizador. Do mesmo modo, fruto de sua própria persistência e resistência, vêm explicitando uma identidade própria, o que confere a eles maior força para serem reconhecidos em seus direitos.

É preciso que se reafirme, a cada oportunidade, os direitos históricos que os povos indígenas das terras americanas possuem sobre os territórios que ocupam

⁴ Cunha (1987: 69) bem definiu esse procedimento: "Outra forma de esbulho se dava em várias etapas, começava-se por aldear *hordas selvagens*, no mais das vezes dentro do território original, mas reduzindo assim sua ocupação desse território. Aos poucos, porém, tentava-se passar essas terras originais por terras de aldeamentos, como se fossem distintas das terras imemoriais e apenas reservadas nos termos da Lei das Terras (art. 12) e do Regulamento de 1854 (arts. 72 a 74)."

desde tempos imemoriais. Como se sabe, as permanentes invasões sobre as terras indígenas também têm se dado nos campos jurídico e ideológico⁵.

Uma palavra sobre a história contemporânea Xerente. Como é sabido, a criação do Estado de Tocantins foi conquistada principalmente a partir de uma grande pressão de grupos de poder com base de formação na propriedade da terra. Determinou-se inicialmente para sua capital provisória o Município de Miracema do Norte. Este município é limítrofe ao município de Tocantínia, onde estão localizadas as áreas indígenas Xerente. O processo de demarcação do atual território Xerente foi pautado por violentas disputas. Tais áreas são a reserva Xerente demarcada em 1972, e a área Funil, demarcada em 1991. As duas áreas são contíguas.

Novas perspectivas surgiram para estes *Akwen*. Ao mesmo tempo em que a criação do Estado de Tocantins provocou um surto expansionista para a região — o que intensifica também o aparecimento de todo o tipo de aventureiros e especuladores interessados no patrimônio indígena — colocou-os próximos à esfera de decisão no plano estadual. Até pela proximidade física com a nova capital do estado, Palmas, é impossível reconhecer o Estado de Tocantins sem a presença dos Xerente e seu território.

A ligação da cidade de Palmas (a capital do estado) com a rodovia Belém-Brasília, por exemplo, é feita através de uma rodovia estadual que corta a reserva indígena Funil. Duas outras importantes rodovias estaduais cortam o território indígena. Este talvez seja um dos mais delicados pontos da negociação atual entre os Xerente e o governo estadual. Como veremos, eles têm enfrentado este tipo de intrusão desde o século XVI, quando foram registradas as primeiras presenças de estranhos em seu território tradicional.

O REGISTRO HISTORIOGRÁFICO DOS SÉCULOS XVI E XVII SOBRE OS AKWEN-XERENTE EM GOIÁS

No final do século XVI, em decorrência da necessidade de mão de obra para a grande lavoura, intensificaram-se as entradas na região Centro Oeste do Brasil. Visavam o aprisionamento de populações indígenas. São desse período as bandeiras paulistas de Antônio Macedo e Domingos Luís Grau (1590-1593), que teriam alcançado pela primeira vez a região setentrional de Goiás, hoje Tocantins (Dole 1972; Palacim 1972; Ravagnani 1977). A bandeira de Domingos Rodrigues (1596-1600) subiu o rio Tocantins até sua confluência com o rio Araguaia (Chaim 1893; Palacim 1972).

⁵ Cunha (1987: 112) "...o que deveria estar claro é que a posição especial dos índios na sociedade brasileira lhes advém de seus direitos históricos nesta terra... Direitos portanto e não privilégios como alguns interpretam."

A partir do século XVII deu-se a resultante do avanço do bandeirantismo associado à catequese jesuítica. Estabeleceram-se, finalmente, as linhas de ocupação no território goiano, até então inexplorado e distante das atenções da administração colonial. A catequese criou uma via de penetração pelo norte que, através da navegação fluvial do rio Tocantins, alcançou a região setentrional do território *Akwẽ*. Outra via foi determinada pelo expansionismo paulista. Vindo do centro sul, entrou em território goiano pela região do baixo Tocantins.

Tais processos de entradas no território centro-oeste brasileiro visavam a exploração e o conhecimento das potencialidades econômicas da região. Organizam-se em busca de ouro e pedras preciosas, principalmente o diamante. O aprisionamento de índios também é parte de seus projetos.

As expedições jesuíticas em território da província de Goiás, via de regra, não adentravam a região pelo seu interior afora. Essas missões estabeleceram-se na área do rio Tocantins, próximo ao território do Maranhão, para onde levavam os índios conquistados, com o intuito da catequese (Palacim 1972). Foram os bandeirantes paulistas que entraram no interior do território goiano ao longo do século XVII. São dessa época, por exemplo, as bandeiras paulistas de Belchior Carneiro (1607-1609), que atingiu a região norte do território, e de Sebastião Paes de Barros que, em 1673 organizou uma das últimas expedições do século voltada para essa região centro oeste do Brasil (Dole 1972).

Como resultado, o território goiano acabou sendo devidamente vasculhado. Durante o século XVIII teve início, efetivamente, sua "ocupação populacional" pela população não nativa. Os garimpeiros, mineradores e seus escravos, foram os primeiros a invadir o território que até então era habitado por índios Karajá, Xavante, Xerente, Acroá, Xacriabá, entre outros. Estes povos indígenas ainda não tinham experimentado nenhum contato com esse processo efetivo de ocupação estrangeira.

Com a descoberta do ouro, sua exploração vai se tornando gradativamente uma prática regular. Conseqüentemente, organiza-se também a base da estrutura de dominação colonial na região. A descoberta do ouro, e sua extração, provocou o atenção da administração colonial que iniciou a integração desse território no contexto global de seu interesse.

Como é próprio das regiões mineradoras, o povoamento de Goiás deu-se de maneira totalmente anárquica. Levas sucessivas de aventureiros de toda a espécie, em busca do ouro, devastavam e ocupavam de uma hora para outra regiões que até então encontravam-se completamente isoladas. Não houve uma ocupação ordenada visando a exploração racional de todos os recursos minerais, vegetais e animais. Ocorreram as concentrações nas regiões auríferas, que vão dar origem aos arraiais que, por sua vez, vão se tomar núcleos isolados uns dos outros. "O critério para o aparecimento de um arraial foi ouro e água" (Chauim 1983: 24).

A região de Goiás, como um todo, não será ocupada. Núcleos de povoamento representados pelos arraiais formam concentrações populacionais isoladas, deixando

ao largo imensas regiões não desvendadas. A ampla maioria da população vai se dedicar à mineração. Outras atividades econômicas como o comércio, a agricultura e a pecuária, permanecem como práticas de sustentação à mineração por todo o século XVIII. O comércio, nesse período, restringe-se aos gêneros de primeira necessidade para os garimpeiros.

BREVE HISTÓRIA POLÍTICA E ECONÔMICA DOS ALDEAMENTOS NA REGIÃO DE GOIÁS — SÉCULOS XVII A XIX

A capitania de Goiás foi desmembrada da capitania de São Paulo por alvará de 8 de novembro de 1744. Entre os anos de 1750 e 1756, D. Marcos Noronha foi encarregado de demarcar seus novos limites. Antes de seguir para o norte, propôs a Manoel Alves e Gabriel Alves a tarefa de conquistar os índios daquela região. "As nações Guegues, Xacribás, e Acroá dominavam e atacavam as povoações da região do rio Tocantins" (Alencastre 1864: 90).

A política de aldeamentos teve início nessa região durante o século XVIII e surgiu em decorrência do fato de que a guerra ofensiva contra os índios não estava produzindo os efeitos desejados⁶. A coroa portuguesa regulamentou esses aldeamentos, determinando que estes fossem inicialmente sustentados com recursos reais e, posteriormente, se tornariam auto-suficientes (Chauim 1983: 102)⁷. Uma simples leitura nos regulamentos que instruíam as normas disciplinares da aldeia do Duro, por exemplo, é suficiente para que se evidencie a orientação típica do adestramento militar que regia o sistema de aldeamentos⁸.

Vejamos a seguir quais os aldeamentos criados na porção de território tradicional aos *Akwen-Xerente*.

ALDEIA SÃO JOSÉ: Construída em 1755 para os índios Acroá que safram da aldeia do Duro. Foi reedificada pelo Barão de Mossâmedes para a residência dos Kayapó. "Em vez de construir uma aldeia para índios quase selvagens, levantam suntuosos palácios e magníficas igrejas que, por motivos de mortandade e deserção dos índios, caíram em ruínas" (Cunha Mattos 1824: 41). Essa aldeia ficava

⁶ Natal e Silva (1935: 94-95) aponta os desdobramentos dessa política. Ver também Ravagnani, 1977.

⁷ Moreira Neto (1971: 215-216) foi bastante claro a esse respeito: "...a maioria dos aldeamentos na região, como de resto em outras partes do país, muito cedo perderam suas características indígenas e se transformaram em centros de colonização... Os grupos indígenas que constituem a população original são paulatinamente deslocados da posse das terras e mesmo de suas habitações na sede do aldeamento, na maior parte dos casos".

⁸ Alencastre (1864: 130-132): "Cap. VII: Havendo algum soldado que consinta os índios de seu arruamento será castigado com 6 horas de tronco de pescoço". "Cap. VIII: O soldado que consentir índia no seu quartel ... será castigado pelo termo de 8 dias com 6 horas de glotilha e outras 6 horas de tronco de pescoço".

localizada a cinco léguas ao sudoeste da cidade de Goiás. A descrição do estado geral da aldeia São José reflete bem o espírito com que esta foi criada. Evidencia claramente a opinião corrente sobre os aldeados: "A invencível preguiça dos índios, junto ao nenhum zelo e exaltado egoísmo dos diretores conduziram essa colônia ao miserável estado em que se encontra" (Cunha Mattos 1824: 42).

ALDEIA MARIA: Construída em 1780 por ordem da rainha Maria I, para a morada dos Kayapó, ficava a 13 léguas em direção sudoeste da cidade de Goiás. Cerca de 600 Kayapó foram aldeados, e assim não mais atacaram as caravanas que transitavam pela estrada de São Paulo (Chaim 1983: 124). No século XIX os Kayapó abandonaram esse aldeamento que teve, assim, sua decadência.

ALDEIA PEDRO III ou CARRETÃO: O governador geral Tristão da Cunha Menezes organizou bandeiras sob o comando do Capitão Miguel de Arruda que, no ano de 1816 passaram a repelir os ataques dos Xavante e Javaé. Construíram uma aldeia para abrigar aqueles que fossem subjugados. A aldeia Carretão foi construída junto à margem do rio Carretão Grande, 21 léguas ao norte da cidade de Goiás⁹.

Cunha Mattos discorre sobre o espírito que orientava a manutenção de tais aldeamentos: "Há nessa aldeia (Carretão) um oratório na casa do capelão dedicado à Nossa Senhora da Conceição. O altar e o oratório são as cousas mais imundas que tenho visto" (1824: 103).

ALDEIA SALINAS ou BOA VISTA: Localizada a 67 léguas ao noroeste da cidade de Goiás, foi fundada em 1788 para a habitação dos índios Xavante e Javaé que saíram da aldeia Carretão: "Em 1800 esses índios estavam aldeados em número de 76 apenas, e sem nenhuma indústria e civilização" (Cunha Mattos 1824: 43). O fato de que na região se fabricava muito sal, deu origem ao nome de Salinas para a aldeia.

ALDEIA NOVA BEIRA: Fundada em 1775 na ilha de Santa Ana ou Bananal, para aldeamento dos Javaé e Karajá (Souza 1849). Esse aldeamento fazia parte de uma estratégia do governador José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, que pretendia ter esses como aliados para conseguir "maior segurança contra os chavantes e kayapós" (Chaim 1923: 121). O aldeamento dos Karajá motivou os Javaé que, a partir de então, se aproximaram da aldeia.

ALDEIA GRACIOSA: Construída no início do século XIX, em 1824 por Cunha Mattos. Localizava-se à margem direita do rio Tocantins, junto ao ribeirão Taguarassu. Ficava a 12 léguas ao norte de Porto Real e era habitada por índios Xerente, "que chegaram a se aldear em número de 800 pessoas" (Cunha Mattos 1824). Essa aldeia foi atacada em dezembro de 1824 pelos Noragues e Inhagurupes

⁹ São esclarecedoras as descrições de Cunha Mattos (1924: 42): "...uma espaçosa casa com um rico engenho de açúcar, paióis, moinhos, casas para o diretor e o pároco, oficinas e barracos para os índios chavantes e javaés que, em número de 3500 foram subjugados. Um ataque de sarampo que acometeu os colonos matou quase todos. Os poucos que escaparam dessa epidemia fugiram para os bosques."

(Cunha Mattos 1824: 182). Os 107 Xerente que iniciaram o aldeamento de Graciosa tiveram seu sustento custeado por Cunha Mattos e pela população de Porto Real, que tinham interesse em pacificar a região do Tocantins "infestada pelos Akwen" (Cunha Mattos 1824: 183). O nome Graciosa foi dado em homenagem à filha de Cunha Mattos. Esta se chamava Graciana Hermelina da Cunha Mattos (Cunha Mattos 1824: 131).

ALDEIA DE SÃO FRANCISCO XAVIER: Localizada a três léguas de distância da aldeia São José do Duro, foi povoada pelos Xacriabá e Acroá. Em 1756 revoltaram-se contra a guarnição militar, fato que contribuiu para que muitos Acroá se mudassem para a aldeia São José de Mossâmedes. Os líderes da sublevação foram executados (Cunha Mattos 1824: 1842).

O fracasso da política de aldeamentos implantada no século XVIII deveu-se à má administração dos mesmos; aos maus tratos a que eram obrigados os índios aldeados; à falta de clérigos na capitania e à pequena atuação catequética; além do desentendimento freqüente dos religiosos com os administradores militares. Acrescente-se, ainda, o declínio das minas da região (Chauim 1983: 198; Ravagnani 1977: 73,78).

Oficialmente procurava-se um aliciamento pacífico através do aldeamento das populações nativas. Ao final do século XVIII, a partir da administração de D. José de Almeida Vasconcelos, de 1772 a 1778, a política indigenista em Goiás orientava-se oficialmente por essa determinação (Dole 1972: 26). Evidentemente não era isso o que ocorria.

Os índios da região norte da capitania impediam o avanço das comunicações fluviais e, conseqüentemente, impossibilitavam a expansão do povoamento nessa região. Impotente para "pacificar" as relações entre os índios e colonizadores através de contatos regulares, o governo real, por carta Régia de 5/9/1811 reitera a necessidade de se "pacificar" os Xerente, Xavante, Apinayé, Karajá e Canoeiro, informando que, se tal não fosse possível, a guerra seria legal (Dole 1972: 30).

Essa instrução determinou uma nova prática para a ação indigenista na região. O relacionamento do colonizador com os nativos passou a ser defensivo, e iniciaram-se as construções de Presídios Militares. Foram reforçadas as tropas militares nas regiões mais sujeitas a ataques. Como resultado dessa nova orientação da política indigenista colonial, fundaram-se dois fortes. O Presídio São José das Barras, construído na confluência do rio São João das Barras com o rio Tocantins, e o Presídio de Santa Maria do Araguaia, localizado entre São João das Duas Barras e Salinas. Este foi construído em 1812 e, em 1813, atacado e destruído por uma confederação de índios Xerente, Xavante e Karajá (Natal e Silva 1935; Alencastre 1864).

OS AKWEN-XERENTE: LOCALIZAÇÃO A PARTIR DO SÉCULO XIX

Os Xerente começam a aparecer na literatura, com essa denominação específica, durante o século XIX. A denominação étnica dos diferentes povos que por ventura freqüentavam a mesma região, é talvez o maior problema para a compreensão e localização destes Jê *Akwen*. A parte de toda a controvérsia sobre a denominação dos povos Jê em geral, no caso Xerente esse problema apresenta-se particularmente agudo com relação aos Xavante. Até meados do século XIX, por diversas vezes, são apresentados ora como se fossem um só povo, ora como se fossem dois. Também ocorre a denominação *Akwen*, que me parece ser a mais correta para o período histórico em questão.

Vejam os como nessa época se classificavam os povos Jê. De acordo com Steinen (1940), existiam: 1) os Gês do Noroeste: Carajás, Suyas, Apinayes, Aponejicram, Caiapos e Carahos (sigo a grafia utilizada por seu tradutor Capistrano de Abreu); 2) os Gês do Centro: Acroa Mirim, Cherente, Chavante e os Chacriaba; 3) e para ficarmos apenas na região centro-norte, os Gês do Leste: Cotoxos, Camacas, Manacari, Botocudos e Goitacas. Foi indicada ainda uma relação de contigüidade entre Xerente e Xavante (Steinen 1940; Castelnau 1850: 262-264). Ressaltava-se, ainda, uma forte proximidade destes com os Acroá e com os Xacriabá. Os Acroá, "parecem ocupar uma posição intermediária entre Cherente, Chavante e Chacriaba de um lado e os Gê setentrionais de outro" (Von den Steinen 1940: 316-317).

Alencastre (1865: 92-97) apresentou os Xerente e os Xavante como sendo dois grupos diferenciados. Castelnau (1850: 352) considerou os Xavante como sendo um subgrupo dos Xerente. Pohl (1832: 165) e Martius (1867: 275) entenderam exatamente o inverso e apresentam os Xerente como sendo um subgrupo Xavante. Concórdia existe só para o fato de que ambos os grupos ocupavam nesse período o mesmo território (Cunha Mattos 1875: 18-19/1924) e que possuíam muitos costumes em comum (Nimuendajú 1942: 2). Para Ravagnani (1977) Xerente e Xavante são subdivisões de um mesmo grupo que, a partir do início do século XIX, formaram dois grupos distintos, mas bastante próximos culturalmente. Hoje há uma certa concordância sobre o fato destes estarem bastante próximos, senão unidos em uma só sociedade, até meados do século XIX (Maybury-Lewis 1965).

Os Xerente foram localizados, no século XIX, entre as terras do médio Tocantins e o rio Manuel Alves. Em 1810 foram encontrados próximos à região do Duro. Em 1812 possuíam sete aldeias entre os rios Preto e Maranhão, afluentes da margem

direita do rio Tocantins (Sampaio 1927: 204)¹⁰. Os principais marcos do território Xerente, em direção leste, são rumo às cabeceiras do rio do Sono.

O frei Rafael Taggia que havia sido responsável pela fundação da aldeia Teresa Cristina, foi convencido pelos fazendeiros de Carolina a transferir do rio Farinha, para a região do rio do Sono, um grupo de aproximadamente 300 Kraho, por ele aldeados. Em torno de 1880 os Xerente atacaram muito a região de Carolina com "o objetivo de roubar mulheres" (Moreira Neto 1971: 750).

Alencastre (1864) cita que, nas áreas de Porto Imperial e Natividade, os ataques Xerente eram feitos com toda a "impunidade", e grande sucesso. A transferência dos Kraho, comandada pelo padre Taggia, pode ter sido feita com o propósito de criar uma resistência aos Xerente hostis. A aldeia formada pelo padre Taggia recebeu o nome de Pedro Afonso, e transformou-se em um centro agro-pastoril. Obviamente, com a exclusão dos indígenas (Moreira Neto 1971: 210-211).

Em 1850 o aldeamento Carretão possuía 60 pessoas, descritas como descendentes dos Xerente e Xavante. A aldeia Teresa Cristina, localizada a 12 léguas de Pedro Afonso, na confluência do rio Piabanha com o rio Tocantins, registrava a presença de 3800 pessoas, também apontados como sendo Xerente e Xavante (Taggia 1852: 119) Nessa mesma aldeia, em 1851, foram registrados 2139 pessoas, sendo 944 homens e 1105 mulheres.

No *Dicionário Histórico e Descritivo do Império do Brasil* (2 volumes, 1845), J. C. R. Milliet de Saint Adolphe localizou os Xerente em sete aldeias na província de Goiás, perto do rio Tocantins, acima do Lageado e entre os rios Preto e Maranhão. Henri Coudreau, em *Voyage au Tocantins et Araguaia* afirma: "Les Cherents habitent dans la region du Rio do Sonno, on ils son repartes in 7 aldeias, 5 sur le rive gauche du Tocantins et 2 sur la rive droite" (Coudreau 1897: 210-211). No seu livro *Entre os Aborígenes do Brasil Central*, Karl von den Steinem (1940) também localiza os Xerente nesse território¹¹.

A presença Xerente, ao norte, era delimitada pelas imediações do ribeirão Farinha, "marco inicial" da fronteira Xerente com os Kraho; ao sul, fronteira com os Kayapó na região do rio Parnayba; a oeste, com os Karajá e Javaé. A fronteira com maiores dificuldades de delimitação é a do leste. Nesta região os Xerente

¹⁰ Ao descrever a reações dos municípios de Natividade e Porto Imperial a um "ataque" Xerente, Moreira Neto (1971: 194) deixa uma boa indicação do que seria, na época, o território então ocupado pelos Xerente: "... (os municípios) abriram uma subscrição para levantar uma força que, entrando no sertão do Duro e procurando as cabeceiras do rio do Sono, chegasse até a confluência no rio Tocantins. O objetivo era propor a paz aos Xerente, com a condição de que estes não subissem acima do Lageado no Tocantins."

¹¹ "...estão na região do médio e alto rio Tocantins, entre esse rio e os afluentes do rio São Francisco... No território do rio Tocantins ... habitam a margem direita do rio em numerosas aldeias desde o rio do Sono até em frente da Boa Vista." (Von den Steinem 1940).

confundiam-se, durante o século XIX, com os Acroá e com os Xacriabá, também grupos *Akwen*—Jê Centrais.

Como vimos, em 1824 Cunha Mattos deu início a um processo de aldeamento entre os Xerente, na aldeia Graciosa. A população dessa aldeia atingiu o máximo de 800 pessoas de todas as idades e sexo (1829: 131). O local escolhido foi a confluência dos rios Taquarassu e Tocantins¹². Na *Chorografia* escrita por Cunha Mattos (1824: 150), e enviada ao imperador D. Pedro I em dezembro de 1824; assim como no livro *Viagem ao Araguaia* de Couto Magalhães (1946: 123-124), encontramos explícitas citações localizando estes *Akwen* - Xerente e Xavante. As informações permitem imaginar parte do seu território tradicional. São recorrentes ao localizarem os Xerente nas margens do rio Tocantins. Indicam também uma presença mais acentuada na mesopotâmia formada pelos rios Manoel Alves Grande e rio do Sono, ambos afluentes da margem direita do Tocantins.

Frequentes citações localizam os Xerente abaixo da cachoeira do Lageado, assim como sua presença foi assinalada no sertão do Duro. No rumo leste, em direção ao estado de Minas Gerais, as notícias são mais em relação aos Acroá e aos Xacriabá.

Essa ampla região pode ter sido território comum aos Xerente, Xavante, Xacriabá e Acroá; todos *Akwen*: Jê Centrais. Isso em uma fase em que as divisões não estivessem ainda acentuadas. Podemos supor um processo de fracionamento interno, semelhante ao ocorrido com os Timbira (Azanha 1984) e Kayapó (Turner 1965; Vidal 1977), que teria estado em curso entre os *Akwen* até meados do século XIX. Devemos considerar, ainda, o efeito *cunha* processado pelo grande avanço colonizador nas regiões de Minas Gerais, especialmente no decorrer do século XVIII. Este efeito pode ter espargido os *Akwen* em subgrupos por diferentes regiões, na busca de melhores condições de sobrevivência e resistência.

Ao final do século XIX o território reconhecido como Xerente é aquele delimitado pelo rio Manuel Alves Grande, rio do Sono até suas cabeceiras, e de lá cortando a região interiorana, alcança, na altura da cachoeira do Lageado, o rio Tocantins. Abaixo desta, ainda no século XIX, foram localizadas aldeias Xerente, nas margens do rio Preto, afluente à direita do rio Tocantins (Nimuendajú 1942).

SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO E DAS ALDEIAS AKWEN-XERENTE

Os registros históricos e etnográficos sobre os Xerente no século XX são escassos. Podemos dividi-los em duas fases: a primeira onde os autores apresentam-os como sendo uma sociedade "desintegrada" em "colapso" (Nimuendajú 1942;

¹² É de se destacar alguns itens do pacto contratual realizado entre os Xerente e o governador Cunha Mattos. Art. 2º estipula "que obedeceriam o governo do Província e serviriam de carreira contra quaisquer bárbaros que pretendessem atacar a aldeia". Art 3º estipula "que abandonariam o bárbaro costume de se venderem como escravos" (1829: 131).

Pasternostro 1945). A partir da década de 70 os registros sobre esta sociedade mudam de entonação e os Xerente são apresentados como portadores de uma identidade própria (Maybury-Lewis 1979, 1989; Farias 1990, 1994; Silva & Farias 1992).

Na década de 70 foi demarcada a área Xerente, e delimitada a área Funil, no Município de Tocantínia, Estado de Tocantins. Sem dúvida esta demarcação introduziu mudanças na forma como os Xerente passam a ser apresentados à sociedade nacional. A demarcação encaminhou a solução da questão territorial com maior segurança, mas não a resolveu definitivamente. Contribuiu muito nesse processo o aumento do nível de consciência das populações urbanas sobre a questão indígena. Frutos de uma incansável prática de oposição à política indigenista oficial, órgãos de apoio à causa indígena, não governamentais, e o próprio movimento indígena, conseguiram criar uma consciência crítica com relação à problemática indígena brasileira, principalmente nos grandes centros urbanos que passam a atuar como um bolsão de defesa dos direitos indígenas no país.

Após sucessivas propostas e portarias oficiais, em 1991 a área Funil foi finalmente demarcada em aproximadamente 16.000 ha. Essa demarcação foi conquistada a duras penas. Ligou a aldeia Funil, uma das mais antigas e tradicionais aldeias, com o restante da área Xerente. Esse arrastado processo de demarcação do território da aldeia Funil, tal como conduzido pela Funai, deixou para fora da área regiões notadamente tradicionais aos Xerente. Refiro-me especificamente à parte do território que compreende as cabeceiras dos córregos Tamanca, Quati e Onça Preta.

Os Xerente dotados que são de uma identidade específica que lhes confere unicidade no painel pluri-étnico da sociedade brasileira, estão hoje conscientes de que se ainda não conquistaram todo o seu espaço físico e cultural, as condições para tanto estão dadas e delas não devem fugir. Um exemplo concreto são as lutas por eles empreendidas neste século em defesa de seu território tradicional.

Século XX: Primeiros registros

Um dos primeiros registros, datado do início desse século, foi feito por Urbino Vianna. Este autor anuncia e localiza 12 aldeias Xerente (1927: 34). Basicamente estas aldeias estão na margem esquerda do rio Tocantins, entre os municípios de Pedro Afonso e Carolina. Na margem direita do Tocantins as aldeias espalhavam-se desde as nascentes do Piabanha. Passavam pelo Boqueirão do Funil, e chegavam até abaixo do Lageado, tendo como um limite natural o rio do Sono.

Nos anos de 1934 a 1938, Julio Pasternostro trabalhou no Serviço de Febre Amarela, através de um programa de cooperação internacional de Saúde Pública da Fundação Rockefeller. Nessa condição visitou o território *Akwen*, em viagem ao rio Tocantins, com o objetivo de colher material para conhecer a distribuição da imunidade contra a febre amarela. Esteve em contato bastante próximo com os Xerente. No seu livro *Viagem ao Tocantins* (1945) esse contato foi registrado.

Destacou principalmente o estado de penúria em que se encontravam estes Jê que, segundo suas informações, eram aproximadamente 2000 pessoas que "...definham com moléstias infecciosas existentes na região, contraem doenças venéreas dos sertanejos que a eles se ligam, estão desaparecendo e não são assistidos por um eficiente serviço de proteção" (1945: 14).

A monografia de Nimeundajú (1942) sobre os Xerente é fonte de consulta referencial. Seu registro informa um estado de "colapso" e "desagregação" entre os nativos, sendo possível o trabalho etnográfico, segundo este autor, apenas porque havia ainda uns poucos velhos que mantinham resguardado na memória lembranças de tempos remanescentes¹³. Apresentou um mapa onde localiza precisamente as nove aldeias que existiam no ano de 1930 (1942: 106).

Em 1939, por ordem do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), ocorreu a transferência de três dessas aldeias. Estavam localizadas na banda esquerda do rio Tocantins, e foram transferidas para a margem direita. Eram as aldeias Providência, Pedra Hume e Sucupira. As duas primeiras somavam 400 pessoas, e esta última tinha aproximadamente 80 moradores. Esse processo de transferência terminou em 1940.

Ao longo de sua monografia, Nimeundajú (1942) não se dedicou a explicitar detalhes sobre como eram as aldeias que conheceu. Número de habitantes, as relações entre as aldeias, e outras questões dessa ordem não aparecem ao longo do texto. Apenas umas poucas referências foram dadas (1942: 14, 20, 25, 27-28, 64-78) e, quase sempre, com conteúdo pouco preciso¹⁴.

Século XX: As décadas de 1950 a 1970

Maybury-Lewis (1965, 1979, 1988) apresentou registros que permitem localizar as aldeias Xerente existentes no tempo em que realizou suas pesquisas de campo (1955/1958). Incluiu um mapa localizando as aldeias existentes nesse período (1979: 221).

Para a década de 1960 praticamente não se encontra registros sobre estes Jê. Já nos anos 1970, esse quadro começou a mudar. Em novembro de 1971, o jornal *O Estado de São Paulo* denunciou ataques de fazendeiros às aldeias Xerente "ferindo índios velhos e indefesos" (edição de 27/11/71). Nessa mesma notícia o jornal

¹³ "In the beginning of the twentieth century the Sherente became demoralized by Neobrazilian contacts, and in 1937 I found the aboriginal culture in a state of collapse. Economically and socially ruined, hemmed in by Neobrazilian settlers, the people were on the verge of complete subjection to these influences..." (Nimeundajú, 1942: 8).

¹⁴ "In 1930 I found nine such house groups, in 1937 only seven. An accurate census of the Sherente outside these aldeas was impossible but the number was comparatively large and on the increase" (Nimeundajú, 1942: 11).

veicula a formação de uma comissão para demarcar as terras Xerente. O *Jornal do Brasil* do mesmo dia e ano, noticiou que um destacamento de 15 soldados e um oficial foram deslocados para Tocantínia, a fim de dar cobertura aos trabalhos de demarcação. Através de decreto presidencial de 19 de setembro de 1972, a área Xerente foi demarcada. Em 1976 um conflito entre grupos Xerente e posseiros do território demarcado, resultou na morte de cinco pessoas, sendo dois índios.

A demarcação da área Xerente em 1972 deixou de fora a aldeia Funil. Sempre que os Xerente se organizaram para conseguir a demarcação do território dessa aldeia ocorreram conflitos com os moradores de Tocantínia. Vejamos as notícias. No jornal *O Popular* de Goiás: "Não foi bem recebido em Tocantínia o edital afixado em local público da demarcação de 600 alqueires para o Funil. 52% do município já é dos índios. A reserva já estabelecida é de 52000 alqueires e tirou da população uma das melhores áreas de plantio e toda a zona da mata" (edição de 11/5/79). *Jornal Diário da Noite*: "Choque entre equipe de demarcação e cidadãos fazendeiros de Tocantínia e Miracema do Norte é iminente" (edição de 3/12/79). *Jornal Folha de São Paulo*: "Polícia Federal e delegado da Funai na área Xerente. Fazendeiros ameaçados de expulsão da área Xerente" (edição de 8/11/79). *Jornal O Dia* do Rio de Janeiro: "No município de Tocantínia a prefeitura, o Posto de Saúde e diversas casas comerciais fecharam as portas por mais de três dias em protesto contra a demarcação da área Funil, determinada pela Funai. Os manifestantes pararam também a balsa que liga Tocantínia a Miracema do Norte, sobre o rio Tocantins" (edição de 3/12/79).

O problema para essa demarcação do território *Akwen*-Xerente foi que a Funai deixou de fora da área demarcada em 1972, a aldeia Funil. Este fato acabou permitindo que os moradores de Tocantínia alegassem a existência de "duas" áreas indígenas para o município. Alegavam que as possibilidades de comunicação com os municípios vizinhos estavam obstruídas, restando apenas o rio Tocantins como artéria de comunicação. Tentaram impedir a todo o custo, mas sem sucesso, que a demarcação do território da aldeia Funil, ocorrida somente em 1991, fosse contígua à área Xerente já demarcada em 1972.

As aldeias Xerente atuais

São nove as aldeias Xerente. Tomando por base a distância aproximada em quilômetros destas até Tocantínia, temos: Aldeia do Posto: 20 km; aldeia Bela Vista: 23 km; aldeia Cercadinho: 19 km; Aldeia Rio do Sono: 69 km; Aldeia Brejo Comprido: 42 km; Aldeia Aldeinha: 39 km; Aldeia Funil: 12 km.

Entre estas aldeias existem aquelas que se aproximam mais umas das outras. Não só a distância física conta nesse processo. Observando a dinâmica dessas relações foi possível localizar dentro do território, grupos de aldeias que por diferentes razões, políticas, cerimoniais e de parentesco, mantêm um maior contato entre si (Farias 1990: 144-179).

Vejamos como se dá esse maior grau de aproximação e contato.

Existe um processo comum na formação das aldeias, Aldeinha e Brejo Comprido a partir de uma dinâmica de cisão ocorrida originalmente na aldeia Rio do Sono¹⁵.

Os moradores da aldeia Mirassol diziam ser antigos moradores da aldeia Serrinha, sem detectarem uma data que delimitasse pelo menos um início para este processo.

As aldeias Cercadinho e Bela Vista, por sua vez, formaram-se a partir de um processo de cisão ocorrido na aldeia do Posto. Os capitães dessas aldeias propuseram essa divisão como sendo a melhor forma de aproveitar os "recursos" vindos da Funai. Cada um desses líderes tomou a iniciativa de formar um grupo que se dispôs a iniciar um projeto de roça coletiva. Pretendiam construir novas aldeias, além de conseguir maior ajuda junto ao Posto Indígena. Estavam descontentes com a forma como esses recursos eram controlados pelo capitão da aldeia do Posto.

Da maneira como se desenvolveram estes processos, destacam-se duas características: A primeira é a formação de facções internas às aldeias. Tais facções, sentindo-se numericamente expressivas, criaram novas lideranças e assumiram a ruptura. A segunda característica diz respeito a uma estratégia para obter maiores auxílios materiais junto à Funai. É bastante explícita, para um bom observador, a disputa integrada que os capitães das aldeias Xerente empreendem junto às chefias dos postos indígenas. De uma certa forma tentam com esse processo multiplicar os projetos e recursos a serem programados pela Funai. Como os recursos são mínimos, esta tática nem sempre dá certo e, o que acaba acontecendo é uma divisão de parques bens disponíveis.

A resultante desse processo é uma profusão de "projetos" distintos para as aldeias, da mesma forma que parte dos minguados recursos materiais existentes nos Postos Indígenas—veículos, remédios, merenda, cargos funcionais— são redistribuídos. Indicar mais claro impossível: a área Xerente contava no ano de 1987 com nada menos que cinco Postos Indígenas. Cogitava-se ainda a ampliação deste número!

O fato de a aldeia Funil estar localizada fora da área demarcada como território Xerente, até o ano de 1991, acabou provocando um certo distanciamento dessa aldeia em relação às demais. A questão não resolvida da demarcação da área Funil colocou seus moradores na desagradável situação de "pomo da discórdia". Enquanto pendente, essa demarcação provocou um foco de tensão permanente entre moradores de Tocantínia não índios, e os Xerente moradores do Funil. Por extensão, todos os

¹⁵ "Antigamente todos os Xerente do PI Rio do Sono moravam na aldeia às margens desse rio. O encarregado da Funai mudou-se para a Baixa Funda e foi acompanhado por um grupo de índios. Da Baixa Funda um grupo formou a aldeia Aldeinha e outro a aldeia de Supupira" (Aracy Lopes da Silva, 1984, comunicação pessoal).

Xerente das outras aldeias acabavam envolvendo-se, direta ou indiretamente, com essa questão.

Nas vezes em que se tentou demarcar a área Funil os habitantes de Tocantínia protestaram, fechando totalmente o comércio e impedindo a circulação das balsas que ligam Tocantínia a Miracema do Norte e a estrada Belém-Brasília. Durante tais protestos era impossível aos índios, de qualquer aldeia, sequer transitarem pela cidade.

Tais acontecimentos acabaram trazendo um certo isolamento para a aldeia Funil. Seus contatos com moradores de outras aldeias restringiam-se a esporádicas visitas de grupos de parentes.

Outro agravante diz respeito a aldeia Serrinha. Nesse período eram pouco os seus moradores. A maioria estava mudando para a aldeia Mirassol. Os moradores que permaneceram na Serrinha ocupam as ruínas das casas de alvenaria originalmente construídas pela Funai para abrigar a sede de mais um Posto Indígena.

O local escolhido para esse Posto foi muito inadequado. Não havia água por perto, além de estar praticamente ao lado de um entroncamento de duas estradas. Este Posto fora construído na intenção de atrair os moradores da aldeia Funil para dentro da área demarcada. Obviamente tal tentativa deu em nada, pois os habitantes da aldeia Funil permaneceram irredutíveis em reconhecer seus direitos tradicionais e de lá não saíram. Esta posição encontra ampla confirmação nos registros históricos, como vimos.

Os Xerente de todas as aldeias possuem grande envolvimento com a cidade de Tocantínia, sede do município onde se localiza seu território, e Miracema do Norte, sede do município vizinho, localizada no outro lado do rio Tocantins. Balsas ligam essas duas cidades em inúmeras viagens diárias. Cotidianamente se verifica a presença de muitos *Akwen* na cidade. Especialmente em Tocantínia, é possível saber notícias de todas as aldeias quase que simultaneamente. Esta marcante característica faz a cidade de Tocantínia parecer um grande *warã* (pátio) para a sociedade Xerente como um todo. À revelia dos moradores, na cidade de Tocantínia os *Akwen*-Xerente constroem uma organicidade que transcende os limites das divisões internas de suas diferentes aldeias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, preocupe-me em mostrar de que modo se deu o registro da sociedade Xerente durante o processo de colonização da região Centro Oeste brasileira. A ótica destes registros, em grande parte, é a do colonizador através de seus historiadores. Uma leitura autóctone, por assim dizer, desse processo, terá que levar em conta os princípios nativos de percepção histórica. Para

tanto, é preciso considerar uma dinâmica própria para o entendimento, e equacionamento, das mesmas variáveis aqui tratadas, porém, de uma perspectiva nativa¹⁶.

As sociedades *Akwen-Jê* podem ser consideradas como uma nebulosa etnográfica até o século XVIII. Não temos ainda critérios claros para delimitar fronteiras internas entre os Xavante, Xerente, Xacriabá e Acroá, estes ainda não extintos nesse período.

A discussão sobre a presença das diferentes sociedades indígenas no Brasil Central não é recente, e ainda não se concluiu. Para maior clareza, e devido equacionamento da distribuição das populações nativas nesta região, até um período que alcance meados do século XIX, será necessário um adequado equacionamento dos vários fluxos migratórios empreendidos por diferentes conjuntos de sociedades, entre eles os *Akwen*.

Em trabalho anterior (Farias 1990), tive a oportunidade de mostrar como se processa uma dinâmica espaço-populacional na sociedade Xerente. O processo de fragmentação de suas aldeias é contínuo. Sua recomposição se dá em nível ritual quando, então, como um todo partido, reúnem-se e recompõe-se estruturalmente. Silva (1992: 358-359) analisa que o contato entre Xavante e a sociedade nacional não foi uma decisão unânime. Cisões internas aos Xavante indicam que, enquanto alguns grupos optaram por entrar em contato, outros, pelo contrário, decidiram embrenhar-se mais ao longe¹⁷.

Este processo frequente de partição de suas aldeias implica em constantes deslocamentos, por grandes espaços territoriais. Em boa parte, este fator explica a ampla dispersão das diferentes sociedades Jê por uma extensa faixa territorial. Dadas as suas características semi-nômades, estas sociedades do Brasil Central somente foram encontrar um obstáculo verdadeiramente intransponível para esta prática, no lento, gradativo e irreversível avanço colonizador.

No território *Akwen-Jê*, mesopotâmia Araguaia-Tocantins, e banda oriental deste, como vimos, a colonização se deu ao longo dos três primeiros séculos, XVI, XVII e XVIII. Caracterizou-se por uma maneira marcadamente pontual. Isto possibilitou aos grupos que não foram totalmente destruídos pelo contato e suas conseqüências, um período de adaptação e entendimento mais adequados das bases em que se assentava o domínio colonial no interior do Brasil. A experiência concreta decorrente da convivência nos diversos aldeamentos, nesse sentido, produziu um efeito que poderia ser adequadamente chamado de demonstração.

¹⁶ Estas questões estão sendo tratadas em parte de minha tese de doutoramento. Uma leitura atualizada sobre a "história indígena" se encontra nas publicações do NHI/USP.

¹⁷ A multiplicidade dos grupos Timbira também indica a existência dessa dinâmica de partição, que teria entre suas conseqüências a produção de diferenciações internas aos grupos, na medida em que uns começam a considerar-se distantes dos outros (Nimuendajú 1942; Mellati 1967; Azanha 1984).

A divisão entre *Akwen-Xerente* e *Xavante* é bastante expressiva (Maybury-Lewis 1967: 2; Giaccaria & Hide 1975: 64; Ravagnani 1977: 132; Silva 1992: 364). Somente em meados do século XIX é que podemos processá-la como efetiva, e não há dúvidas quanto à sua gênese: foi claramente uma resposta ao avanço colonizador, onde um grupo *Akwen* atravessa o *Õ Wawe* (termo comum usado tanto para o rio Araguaia quanto para o rio das Mortes, cf. Giaccaria & Hide 1972: 22-23; Silva 1992: 365), em busca de terras onde não houvesse sinais da incômoda e enfada presença colonial "civilizadora".

Antigos habitantes do que hoje se convencionou como sendo o Estado de Tocantins, os Xerente têm tido uma longa trajetória de contato sistemático e duradouro com o processo de ocupação de suas circunvizinhanças. A par de seu caráter francamente destruturador, esta frente de expansão contínua apresenta, também, aspectos inusitados em seu desenvolvimento. De que outra forma pensarmos o município de Tocantínia, inelutavelmente marcado pela presença *Akwen-Xerente*? Além de uma marcante inscrição no processo de formação histórica do município, os Xerente estão de tal maneira hoje presentes que, no mais das vezes, a cidade pode ser considerada um grande *warã* (pátio) onde todos os Xerente podem se encontrar e articular um vigorosa rede de comunicações que alcança, de uma só vez, a todas as aldeias. Diariamente é possível encontrar pessoas Xerente na sede do município, envolvidas nos mais diferentes ofícios e prazeres.

Fora do que atualmente é considerado como seu território oficial, e longe de suas aldeias, portanto, os Xerente construíram um espaço para o fortalecimento de sua unidade. O avanço do sistema colonizador no território *Akwen* acabou produzindo um forte sentimento de coesão em torno da construção de uma unidade, sem que este fato os tenha impedido de redimensionar e manter seus diferentes princípios internos de alteridade, e sua dinâmica própria de oposições. Esta se apresenta de maneira plena no interior de suas aldeias.

Atualmente os Xerente se encontram às voltas com um novo processo expansionista, externo às suas necessidades e controle. A criação do novo Estado de Tocantins tem trazido questões emergenciais que pedem o maior cuidado no seu trato. A malha rodoviária estadual que corta o território Xerente, assim como a expansão da rede hidrelétrica, são prioridades numa negociação que diz respeito ao controle e autonomia territoriais. Os *Akwen-Xerente* têm procurado mostrar, ao longo dos últimos quatro séculos, que possuem consciência sobre estes valores. A citação do início deste artigo é bastante clara. A história contemporânea Xerente está refletindo a figura de uma espiral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZANHA, G. 1984. *A forma Timbira: estrutura e resistência*. São Paulo, Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Tese de mestrado. mimeografado.
- CUNHA, M. C. 1986. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense & EDUSP.
- CUNHA, M. C. (org.) 1987. *Os direitos dos índios*. São Paulo, Brasiliense.
- CUNHA, M. C. (org.) 1992. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura & FAPESP.
- CUNHA, M. C.; VIDAL, L.; DALLARI, D. 1981. *A questão da terra indígena*. São Paulo, Global Editora. (Cadernos da Comissão Pró-Índio, 2.)
- CUNHA MATTOS, J. C. 1824. *Chorografia histórica da Província de Goiás*.
- DOLE, E. M. 1972. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia*. Universidade Federal do Goiás. Tese de doutorado. mimeografado.
- FARIAS, A. 1990. *Fluxos sociais Xerente: organização social e dinâmica das relações entre as aldeias*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Tese de mestrado. mimeografado.
- FARIAS, A. 1994. Ritual e parentesco na sociedade Xerente contemporânea. *Rev. Antropol.*, São Paulo, 37: 309-334.
- GIACCARIA, B. & HIDE, A. 1975. *Jerônimo conta*. Campo Grande, MT. (Casa da Cultura, 1).
- GIACCARIA, B. & HIDE, A. 1972. *A'we Uptati. Xavante povo autêntico*. São Paulo, Ed. Dom Bosco.
- LOWIE, R. 1946. The northwestern and central Gê. In: Stewart, J. (ed.) *Handbook of South American Indians*. Washington, D.C.
- MAYBURY-LEWIS, D. H. 1965. Some crucial distinctions in Central Brazilian ethnology. *Anthropos.*, 60(1-6).
- MAYBURY-LEWIS, D. H. 1966. On Martius' distinctions between Shavante and Sherente. *Rev. Mus. Paul.*, São Paulo, 26.
- MAYBURY-LEWIS, D. H. 1967. *Akwe-Shavante society*. Oxford, Clarendon Press.
- MAYBURY-LEWIS, D. H. 1990. *O selvagem e o inocente*. (trad. Mariza Correa). Campinas, São Paulo. Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- MAYBURY-LEWIS, D. H. (ed.) 1979. *Dialectical societies: The Gê and Bororo of central Brazil*. Cambridge, Harvard University Press.
- MELATTI, J. C. 1967. *Índios e criadores: A situação dos Kraho na área pastoril do Tocantins*. São Paulo, (Monografias do Instituto de Ciências Sociais, 3).
- MELATTI, J. C. 1972. *O Messianismo Krahô*. São Paulo, Herder.
- MELATTI, J. C. 1978. *Ritos de uma tribo Timbira*. São Paulo, Ática.
- MOREIRA NETO, C. A. 1971. *A política indigenista do Século XIX*. Rio Claro, São Paulo. Universidade Estadual de São Paulo. Tese de doutorado. mimeografado.
- MOREIRA NETO, C. A. 1965. O estado de *rop-krore kam* entre os índios Kayapó. *Am. Indig.*, México, 25(4).
- NATAL E SILVA, C. 1935. *História de Goiás*.
- NIMUENDAJÚ, C. 1939. *The Apinayé*. Washington, Catholic University of America.
- NIMUENDAJÚ, C. 1942. *The Serente*. Los Angeles. (Publications of the Frederick Webb Hodge Anniversary Publication Fund, 4).
- NIMUENDAJÚ, C. 1946. *The eastern Timbira*. Berkeley, University of California.
- PALACIM, L. 1972. *1722/1822: Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. mimeografado.
- RAVAGNANI, O. 1977. *A experiência Xavante com o mundo dos brancos*. Araraquara, Universidade de São Paulo, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo. (Série Textos, 9).
- SAMPAIO, T. 1913. Os Kraho do rio Preto no Estado da Bahia. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*
- SILVA, A. L. 1986. *Nomes e amigos: Da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê*. São Paulo. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. (Série Antropologia, 6).

- SILVA, A. L. 1992. Dois séculos e meio de história Xavante. In: Cunha, M. C. (org.) *História dos índios do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, SMC & FAPESP.
- SILVA, A. L. & FARIAS, A. 1992. Pintura corporal e sociedade: Os "partidos" Xerente. In: Vidal, L. (org.) *Grafismo indígena: Estudos de antropologia estética*. São Paulo, Estúdio Nobel, EDUSP & FAPESP.
- SILVA, L. A. 1949. Memória sobre o desenvolvimento, governo e cousas mais notáveis da Capitania de Goiás. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, 12.
- SOUZA, L. A. S. 1849. Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goiás. *Rev. Trimens. Hist. Geogr.*, Rio de Janeiro, 12.
- TAGLIA, R. 1856. Mappas dos índios Cherente e Chavante na povoação Tereza Cristina. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, 19.
- VIANNA, U. 1927. Akwen ou Xerente. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, 155: 101.